

18-07-2018

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

- 1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 02 de maio de 2018.
- 2 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 16 de maio de 2018.
- 3 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 06 de junho de 2018.

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- 1.1 - Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual n.º 32/2018.
- 1.2 - Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual n.º 33/2018.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

- 2.1 - Outros assuntos de interesse do Município

Sobral de Monte Agraço, 13 de julho de 2018

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,



Luís Miguel Henriques Soares, Dr.

14

Ata n.º 19

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 18 de julho de 2018

Aos 18 dias do mês de julho de 2018, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Luís Miguel Henriques Soares, João Manuel Gonçalves Nogueira, em substituição, e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____
Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **135** de terça-feira, dia 17 de julho de 2018, cujo total de disponibilidades é de **€1.003.761,53**, sendo **€810.624,15** de operações orçamentais e **€193.137,38** de operações não orçamentais. _____

2. **Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal** (artigo 39.º, alínea c) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente informou que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz e os membros seguintes da lista – Sr. Hugo Machado e Sra. Vânia Baltazar -, não poderiam estar presentes na reunião da Câmara Municipal, por motivos profissionais, tendo sido solicitadas as respetivas substituições. Assim, informou que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz se faria representar pelo Sr. João Nogueira. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar a falta do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando a sua substituição, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. **Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 02 de maio de 2018** _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar a referida ata. _____

2. **Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 16 de maio de 2018** _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem a votação do Sr. Presidente e do Sr. Vereador, em substituição, João Nogueira, por não terem estado presentes – artigo 34.º, número 3, do CPA -, aprovar a referida ata. _____

3. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 06 de junho de 2018 _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem a votação do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, por não ter estado presente – artigo 34.º, número 3, do CPA -, aprovar a referida ata. _____

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 – Anulação da receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 32/2018 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 32/2018 _____

Considerando que: _____

- a) Os serviços técnicos do Município elaboraram a informação número 20/2018, de 2 de abril de 2018, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos; _____
- b) Independentemente dos despachos de deferimento ou indeferimento da exposição apresentada, certo é que a fatura inicialmente emitida tem de ser anulada de forma a que seja dado integral cumprimento à decisão final que recair sobre a mesma (por exemplo, possibilidade de pagamento em prestações; possibilidade de pagamento no 1.º escalão ou, nos casos de indeferimento, emissão de nova fatura com o valor total mas com prazo diferente); _____
- c) Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) supra, foi emitida a Guia de Anulação de Receita Virtual número 32/2018 referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €43,18. ____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratifique o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de abril de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 32/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €43,18. _____

Sobral de Monte Agraço, 13 de julho de 2018 _____

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.” _____

14

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de abril de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 32/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €43,18. _____

1.2 – Anulação da receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 33/2018 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 33/2018 _____

Considerando que: _____

- a) *Os serviços técnicos do Município elaboraram a informação número 27/2018, de 6 de abril de 2018, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos;* _____
- b) *Independentemente dos despachos de deferimento ou indeferimento da exposição apresentada, certo é que a fatura inicialmente emitida tem de ser anulada de forma a que seja dado integral cumprimento à decisão final que recair sobre a mesma (por exemplo, possibilidade de pagamento em prestações; possibilidade de pagamento no 1.º escalão ou, nos casos de indeferimento, emissão de nova fatura com o valor total mas com prazo diferente);* _____
- c) *Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) supra, foi emitida a Guia de Anulação de Receita Virtual número 33/2018 referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €116,74.* _

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratifique o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 9 de maio de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 33/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €116,74. _____

Sobral de Monte Agraço, 13 de julho de 2018 _____

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 9 de maio de 2018, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 33/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €116,74. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 - Outros assuntos de interesse do Município

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Referiu que tinha duas questões para colocar e uma observação a fazer. Assim, começou por fazer uma referência ao Encarregado Geral – Sr. Vítor Jerónimo -, perguntando se o trabalhador estava em fase de aguardar a aposentação ou se já estava aposentado. A este propósito, disse que gostava de saber qual a metodologia que a Autarquia irá seguir para a substituição do trabalhador, perguntando se as funções seriam assumidas por um outro trabalhador da Autarquia ou se seria utilizado algum outro mecanismo, nomeadamente, através de uma hipótese que chegou ao seu conhecimento, com a ocupação do posto de trabalho com um atual autarca, eleito pela CDU.

Perguntou se no próximo ano letivo, a Autarquia pretendia aderir ao Programa “Regime de Fruta Escolar”, o qual visa a distribuição de fruta aos alunos do 1.º Ciclo. Disse que este Programa, para além de uma vertente educacional, promove o consumo de fruta, o combate à obesidade e a prática de um estilo de vida saudável. Referiu também que o programa tem a participação de fundos comunitários, na ordem dos 85%. Referiu, ainda, que o projeto é semelhante ao programa de distribuição de leite escolar.

Por fim, disse que recebeu vários contactos (via e-mail e telefone) dando conta da dificuldade dos munícipes quanto às inscrições no Programa de Campos de Férias, uma vez que as semanas se encontram todas preenchidas, ficando, assim, as crianças em lista de espera.

Referiu que a situação ia ao encontro da sua intervenção na reunião de Câmara de 16 de maio, quando sugeriu que as inscrições deviam ser efetuadas com base numa semana como prioridade e as restantes condicionadas à disponibilidade existente, permitindo-se, desta forma, que todas as crianças pudessem participar nos Campos de Férias. Assim, alertou para que no próximo ano letivo, o programa fosse preparado com uma maior antecedência para que fossem contempladas todas as crianças. Mais referiu que não estava em causa o mérito da iniciativa, contudo, podia ser melhorada.

O Sr. Presidente informou que o Encarregado Geral – Sr. Vítor Jerónimo - estava aposentado desde o dia 01 de julho, estando a ser substituído pelo Encarregado Operacional, Rui Dias, que já o substitui nas suas ausências, designadamente, em períodos de férias. Mais referiu que, conforme falado com os trabalhadores e sendo já do conhecimento público, foi efetuado um pedido de mobilidade de um trabalhador a uma Autarquia vizinha, para assumir as funções de Encarregado Geral, estando os serviços a aguardar o desenrolar da situação e a resposta do serviço de origem, para que se conclua o procedimento de substituição.

A Sra. Vereadora Carla Alves, relativamente ao Programa “Regime de Fruta Escolar”, referiu que a informação sobre o Programa chegou primeiro ao Agrupamento de Escolas e só

posteriormente à Autarquia. Mais referiu que a Portaria que regulamenta esta matéria estipula que a candidatura ao Programa pode ser apresentada por uma das duas entidades. Neste sentido, tendo em conta que a informação chegou primeiro ao Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral, que a Autarquia já assegura toda a logística inerente à distribuição do leite escolar e após conversação com responsável do referido Agrupamento, disse que o Programa “Regime de Fruta Escolar” não seria promovido pela Autarquia. Mais referiu que, uma vez que não esteve mais em contato com o Agrupamento, não sabia informar se seria, ou não, assegurada a dinamização do Programa. _____

O Sr. Presidente, relativamente ao Programa de Campos de Férias, disse que o mesmo é uma mais-valia para as crianças e famílias e que, naturalmente, a participação de crianças que usufruem mais do que uma semana, em abstrato, poderia comprometer a participação de outras. No entanto, referiu que o número de inscrições por semana foi aumentado, ressaltando que não havia nenhuma criança que não tivesse sido contemplada. Referiu, ainda, que podiam existir algumas situações de crianças inscritas que não tivessem conseguido todas as semanas pretendidas, porém, não havia ninguém que não tivesse sido abrangido com alguma semana. _

A Sra. Vereadora Carla Alves referiu que houve 2 ou 3 crianças que pretendiam participar em semanas específicas que já estavam completas. Referiu que os serviços tinham uma lista de espera pelo que, em caso de desistência, algumas destas crianças poderiam ainda ser integradas no período pretendido. Por fim, referiu que, naturalmente, o Programa podia ser melhorado. _____

O Sr. Presidente referiu que a Autarquia nunca tinha dinamizado um Programa desta dimensão. No que se refere à sugestão do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos de haver uma semana assinalada como prioridade à data da inscrição, disse que poderia ser uma hipótese a estudar, mas também podia ser feita uma tentativa de aproximar as atividades agendadas para cada semana de forma a haver uma uniformização e assim equilibrar a participação pretendida. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves referiu que a possibilidade de inscrição em mais do que uma semana prendia-se com as necessidades das famílias, mas talvez os serviços tivessem de analisar a situação por outras perspetivas e não apenas por esta vertente. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos começou por agradecer as respostas prestadas. Ainda relativamente à situação do Encarregado Geral, perguntou se o pedido de mobilidade tinha sido efetuado à Autarquia de Loures e se dizia respeito ao trabalhador Fernando Caldeira, residente na localidade de Barqueira, membro da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, eleito pela CDU. Mais referiu que, caso assim fosse, o partido político que representa – PS -, considerava um mau princípio e um péssimo exemplo o facto de um autarca do Concelho ser designado para um cargo de chefia. Perguntou, ainda, se a Eng.^a Carla Duarte – Chefe de

Divisão da DOUA - tinha sido ouvida sobre esta matéria. No que concerne ao Programa “Regime de Fruta Escolar” questionou por que razão a Autarquia não iria dinamizar o Programa e se o Agrupamento de Escolas se apresentaria como promotor, salientando que, caso nenhuma das entidades fosse promotora, as crianças não usufruiriam do programa. A propósito do Programa de Campo de Férias, referiu que ainda bem que estavam de acordo no que dizia respeito à necessidade de alterações. Referiu que o Programa estava a criar desigualdades, pois se havia crianças que podiam usufruir de várias semanas, outros não podiam beneficiar do mesmo. _____

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, referiu que tinha sido efetuado um pedido de mobilidade à Autarquia de Loures, respeitante ao trabalhador Fernando Caldeira. Disse que o facto de este residir no Concelho era um aspeto muito positivo, atendendo a que, por vezes, o encarregado geral era chamado a intervir fora de horas de expediente para fazer face a intervenções urgentes. Mais referiu que o facto de ser autarca também podia ser considerado um aspeto positivo, atendendo a que tem conhecimento do território e da população. Acrescentou, ainda, e previamente a qualquer observação que pudesse ser feita, que não tinha qualquer ligação familiar à pessoa em questão. Por fim, e face às razões apresentadas, referiu que a CDU considerava a mobilidade do trabalhador um bom princípio, sendo no seu entender um bom ato de gestão. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves reiterou que não tinha estabelecido mais contactos com o Agrupamento de Escolas, sendo que, à data, ainda não tinha sido submetida qualquer candidatura para o efeito. Não obstante as mais-valias que se reconheciam, disse que a assunção de mais este Programa (leia-se Regime de Fruta Escola), seria imputar mais uma competência à Autarquia, ressalvando que o mesmo podia ser dinamizado pelo Ministério/Agrupamento de Escolas. No entanto, disse que as ementas escolares são cuidadas, uma vertente que tem sido trabalhada ao longo dos anos. Mais referiu que, nos últimos anos, têm sido implementados outros programas, tais como o “Heróis da Fruta”. Relativamente ao Programa de Campos de Férias, disse que, apesar de se poder verificar um ou outro constrangimento, todas as crianças tinham sido beneficiadas pelo Programa, tendo os serviços efetuado os ajustamentos possíveis. _____

O Sr. Presidente, a propósito do Programa de Campos de Férias, disse que não havia um método perfeito e que o mesmo tinha de ser avaliado. Mais referiu que não havendo um Programa perfeito, tinha de se chegar ao que fosse mais justo para a população. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos voltou a perguntar se havia alguma criança que não tivesse sido contemplada no âmbito deste Programa. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que todas as crianças tinham sido beneficiadas, à exceção de 2 ou 3 que queriam semanas específicas, tendo o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos referido que esta informação era um pouco diferente da que já havia sido prestada. _____

O Sr. Presidente, tendo em conta que as semanas pretendidas estavam completas, salientou que os responsáveis por estas crianças tinham sido contactados no sentido de escolherem outras semanas em que havia disponibilidade, tendo sido rejeitada a hipótese. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos relativamente ao Programa “Regime de Fruta Escolar” disse que gostaria de registar uma pequena nota: disse que o Programa visa o consumo de fruta ao lanche e não às refeições. _____

Continuou a sua intervenção e a propósito das palavras do Sr. Presidente sobre o Encarregado Geral em mobilidade, quando referiu que “... a CDU considera um bom princípio...” disse que o Sr. Presidente, enquanto Presidente de Câmara, não estava a defender os interesses da CDU, mas dos munícipes. Ainda neste âmbito, perguntou se não existia nenhum trabalhador da Autarquia que pudesse assumir esta função. Perguntou, mais uma vez, se a Chefe de Divisão tinha sido ouvida quanto ao assunto. Solicitou também uma clarificação quanto à forma como o processo interno seria conduzido. Por fim, disse que esta situação iria originar alguns constrangimentos e equívocos, podendo haver algumas tomadas de decisões com base em opções políticas. No entanto, referiu que esta é uma situação habitual da CDU. _____

O Sr. Presidente disse que defendia os interesses do Concelho, salientando que tinha feito a menção à CDU porque o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos tinha referido que o PS não achava adequado. Referiu que o posto de trabalho em causa é importante, sendo que a pessoa que irá assumir estas funções de Encarregado Geral irá trabalhar com a população, no terreno, dia a dia, pelo que o facto de ser uma pessoa residente no Concelho, conhecendo as pessoas e o território, seria certamente uma mais-valia. Referiu que existiam alguns trabalhadores da Autarquia com capacidade para assumir as funções, mas que esta era uma decisão de gestão de pessoal e que tinha sido a decisão tomada. Referiu, ainda, que a Eng.ª Carla Duarte tinha sido ouvida quanto a esta matéria, assim como o Sr. Encarregado Geral ainda no exercício das suas funções, bem como os restantes Encarregados Operacionais, ressaltando que foi uma decisão conjunta. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos questionou o Sr. Presidente quanto às funções desempenhadas pelo Sr. Fernando Caldeira na Câmara Municipal de Loures. _____

O Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que a pergunta teria de ser efetuada à própria pessoa ou à Autarquia de Loures. Ainda no que diz respeito ao processo interno, como já referido, disse que o mesmo foi iniciado com um pedido de mobilidade, pois tem de haver autorização do serviço de origem. _____

Com a anuência do Sr. Presidente, a Dra. Manuela Castro informou que embora não tenha carácter de procedimento concursal, seria efetuada uma publicação na BEP – Bolsa de Emprego Público, a publicitar a oferta de mobilidade interna. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou que quando tivesse lugar a publicação na BEP – Bolsa de Emprego Público, referida pela Dra. Manuela Castro, fosse formalmente informado dessa publicação. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos constatou que tinha sido efetuado um pedido de mobilidade de um trabalhador à Câmara Municipal de Loures, o qual podia ou não, ser aceite; que havia necessidade de uma publicitação na BEP, em que podiam aparecer outros candidatos com perfil para o posto de trabalho. Face ao exposto, disse que não conseguia perceber como é que o Sr. Presidente podia dizer que o posto de trabalho seria assegurado pela pessoa em causa. A esta situação, acrescentou o facto do Sr. Presidente não ter conhecimento das atuais funções do trabalhador na Autarquia de Loures, podendo estas não ser compatíveis com um posto de trabalho de Encarregado Geral. _____

O Sr. Presidente reiterou que tinha sido efetuado um pedido de mobilidade de um trabalhador à Câmara de Loures, sendo que, e em caso de autorização, poderia vir a assumir as funções de Encarregado Geral. Caso fossem apresentadas outras candidaturas, na sequência da publicação referida pela Dra. Manuela Castro, naturalmente que seriam analisadas com base no perfil definido. Por fim, referiu que era também uma mais-valia para os trabalhadores, o facto do novo Encarregado Geral pertencer a um partido que defende os trabalhadores. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que achava muito estranho o facto de esta decisão ter sido tomada sem que fosse tido em atenção as funções desempenhadas na Autarquia de Loures. _____

O Sr. Presidente referiu que não tinha dito que não sabia as funções do trabalhador, apenas que o Sr. Vereador devia perguntar à própria pessoa. Neste sentido, o Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que o facto do Sr. Presidente não querer dizer as funções, prendia-se com o facto de não terem qualquer ligação às funções de Encarregado Geral. _____

O Sr. Presidente disse que tinha respondido a tudo o que dizia respeito à decisão da Autarquia. Porém, disse que não iria prestar mais informações tendo em conta que a pessoa em causa não estava presente. _____

O Sr. Vice – Presidente perguntou se algum membro do executivo achava que existia alguma ilegalidade no procedimento ou tinha alguma coisa contra à pessoa em questão ou algo menos digno a apontar. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que agora conseguia perceber por que razão o Sr. Vice – Presidente tinha tanta vontade de intervir. Referiu que não existiam quaisquer

questões pessoais, apenas profissionais. Disse que esta é uma função de grande responsabilidade e de grande dedicação, que tem repercussão na vida do Município. Disse que o seu interesse prendia-se, apenas, com o benefício do Município, pelo que devia ser escolhida a melhor pessoa para assumir este cargo, salientando que a escolha efetuada estava a ser feita com base numa decisão política, tendo usado a expressão “Jobs for the Boys”. Ressalvou que, aquando da sua intervenção, tinha abordado especificamente as funções desempenhadas e não qualquer questão pessoal. No que dizia respeito a ilegalidades, disse que cá estaria para acompanhar o processo. _____

O Sr. Vice – Presidente, no seguimento das palavras do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que todos eram livres de se expressarem, referindo que não valia a pena a utilização de uma tónica de provocações, pois não traziam qualquer dignidade à discussão. Face ao exposto, referiu que o histórico podia comprovar quem na realidade tem vindo a baralhar os papéis e a suscitar confusões. _____

Continuando a sua intervenção, o Sr. Vice-Presidente deu conta de que no passado dia 13 de julho, teve lugar na Vila do Sobral, a chegada da primeira etapa do 41.º Troféu Joaquim Agostinho. Salientou a participação do ciclista sobralense António Barbio, sendo este mais um motivo de regozijo. Referiu que a Autarquia há vários anos que se associa a esta iniciativa que visa homenagear o ciclista Joaquim Agostinho, sendo um evento que traz muita gente ao Concelho. Paralelamente a esta iniciativa, disse que numa viatura da OesteCIM foi feita uma divulgação de produtos do Concelho e de *merchandising* da referida entidade. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que o Município dinamizou o evento “Sobral Saudável”, direcionado à população em geral, tendo ainda contado com a visita das crianças que estavam a frequentar as atividades de animação e de apoio à Família e da Associação Popular, bem como dos utentes da Comunidade Vida e Paz. Disse que tinham sido promovidas várias atividades, nomeadamente, aulas de atividade física, workshop de suporte Básico de Vida, atividades e rastreios de saúde para toda a comunidade (receitas saudáveis, rastreios de glicémia, testes de HIV, questionários de avaliação do risco da Diabetes, rastreios visuais) e algumas atividades para crianças. Por fim, agradeceu às várias entidades que colaboraram na dinamização da iniciativa: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, professores das Piscinas Municipais, Unidade de Cuidados na Comunidade – ACES OESTE/SUL, Unidade de Saúde Pública – Moinhos, Farmácia Moderna, Farmácia Costa, Nutricionista Patrícia Soares, Óticas OCT e Santa Casa da Misericórdia. _____

Deu conta que a informação solicitada pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, sobre os assistentes operacionais afetos às escolas do Concelho, presente na reunião do executivo de 16 de maio, tinha sido enviada, via *e-mail*, pelo Sr. Chefe de Gabinete a 21 de maio. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, decorrente das palavras da Sra. Vereadora Carla Alves, disse que tinha de verificar o *e-mail* e pediu desculpa pelo facto de não se ter apercebido do envio da comunicação. A propósito da última intervenção do Sr. Vice – Presidente, disse que esta tinha sido absolutamente ridícula, referindo que não tinha entendido nada do que este havia dito. _____

Informou que no dia 19 de julho teria lugar um encontro de autarcas que realizariam uma viagem de comboio entre as Caldas da Rainha e Lisboa, em defesa da modernização da Linha do Oeste, com o intuito de dar visibilidade pública à necessidade de reformulação desta Linha. Mais referiu que no fim da viagem teria lugar uma conferência de imprensa e a deslocação da comitiva ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas, a fim de entregar uma proposta sobre a matéria. Disse, ainda, que havia outros projetos que careciam de atenção, para além da eletrificação da linha, como por exemplo a necessidade de um corredor de ligação a Lisboa, entre outros, pelo que o partido que representa entendia que devia ser dada atenção, desde já, a estas vertentes. Por fim, disse que algumas destas questões levam algum tempo a concretizarem-se, pelo que esta fase de reformulação do projeto era o tempo oportuno para equacionar outras matérias. _____

O Sr. Presidente, a propósito da iniciativa identificada pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, referiu que todas as iniciativas que permitissem reformular a Linha do Oeste eram de salutar. Acrescentou que a matéria estava a ser acompanhada e que os projetos estavam encaminhados e alguns já concluídos. Disse que estava equacionado a eletrificação total da linha e a duplicação da mesma desde Sapataria até Lisboa. Ainda a propósito desta temática, disse que o ideal seria a extensão do metro até Loures e o redireccionamento da Linha do Oeste na zona da Malveira para Loures. Disse ainda que, mesmo com as novas condições e mesmo que não fosse necessário a realização de transbordo, continuava a ser um meio de transporte não competitivo. Informou, ainda, que no dia 26 de julho também teria lugar uma manifestação de utentes junto do Ministério do Planeamento e Infraestruturas. _____

Informou que estava a decorrer na Rua Augusta, em Lisboa, de 17 a 22 de julho, mais uma edição da iniciativa "Vinhos de Lisboa". Disse que a iniciativa visa a divulgação dos vinhos de Lisboa e da região vitivinícola do Oeste, sendo um evento bastante participado. Referiu que, no ano anterior, o Concelho esteve representado através da empresa Cerrado da Porta e no presente ano pela Adega Mor, tendo agradecido toda a colaboração prestada. _____

Informou, ainda, que a CVR - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa é uma associação de controlo, de certificação e de promoção dos vinhos da região de Lisboa. Neste sentido, disse que estava a ser equacionado a criação de um espaço para divulgação de alguns vinhos selecionados regionais, sendo que os produtos do Concelho terão um espaço próprio. Ainda

neste âmbito, disse que o espaço em questão será uma mais-valia e mais uma alavanca de desenvolvimento para este setor. _____

3. PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **1762 a 1793**, num valor total de **€ 33.994,44**. _____

III

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Ninguém desejou intervir. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 19 horas e 15 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

O Secretário: _____